

Concorrente confirma denúncia

A denúncia de fraude na concorrência da Eletrosul, feita pelo Sinergia, na semana passada, recebeu um reforço significativo. Clécio Parreiras, diretor-presidente da Status, empresa que também concorreu à licitação revelou à imprensa que o processo foi viciado desde o edital. Segundo ele as normas da Eletrosul restringiram a participação na concorrência apenas àquelas empresas já integrantes do seu cadastro. "Por isto apenas três apresentaram propostas, quando na verdade existem inúmeras empresas aptas a executarem o serviço". Parreiras também denunciou ter recebido telefonema anônimo alertando que o processo já estava marcado e que a vencedora seria a Towers Perri. Outra concorrente, a multinacional Coopers Librand, diz Clécio Parreiras, foi desclassificada por não ter dado resposta a um fax que sequer recebeu.

Quanto às declarações do Gerente da Divisão de Cadastro e Licitações, Rubens da Silva Felipe, que teria dito que a Status foi descredenciada por que sua metodologia não era automatizada, Parreiras foi taxativo: "Isto é uma grande mentira. Entramos inclusive com um recurso, dia 4 de dezembro, por causa disto, mas ele foi impugnado pela mesma comissão que me descredenciou". Depois do episódio o presidente da Status solicitou ao Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero a anulação da licitação.

Com estas declarações de Clécio Parreiras, cai por terra a posição oficial da Eletrosul - conhecida por nota paga em todos jornais que custou milhões aos cofres da empresa - que afirmou ser esta "mais uma seção de calúnias, injúrias e mentiras utilizadas pelos sindicatos".

Mas o hilariante desta história toda foi

LINHA VIVA

N 210
14/01/93

a reação da empresa. Sem ter o que fazer o presidente Gazaniga inventou uma consulta, em forma de plebiscito, a todos empregados para saber o que eles acham de ter ou não um Plano de Cargos e Salários. Manobra grosseira para tentar desviar a atenção do fato principal: a licitação foi dirigida. Um plebiscito hoje na Eletrosul deveria perguntar aos empregados se querem ou não receber o Plano Bresser, um direito assegurado em todas instâncias da Justiça.

SETOR ELÉTRICO

Saiu projeto do governo

O governo divulgou finalmente seu projeto de lei de reforma para o setor elétrico. Entre as propostas está a desqualificação das tarifas, transferência às concessionárias da tarefa de fixar tarifas e promoção de um acerto de contas entre concessionárias e Itaipu. O presidente Itamar recomendou ainda que fosse acrescentado ao projeto, na sua exposição de motivos, a importância de se estudarem "medidas que vão reorganizar o setor elétrico empresarialmente, como fusões de empresas, reestruturação das que existem e privatização".

O projeto, encaminhado ainda na segunda-feira para o Congresso Nacional para que seja apreciado ainda durante a convocação extraordinária deste mês, determina que os Estados do Sul e do Sudeste paguem tarifa de fornecimento de energia maior (33 dólares o MWh) que os do Norte e Nordeste (19 e 20 dólares o MWh). O projeto de reestruturação do setor delega às concessionárias a função (com base nos custos e na margem de retorno prevista) de fixar as próprias tarifas. A homologação ficará ao cargo do DNAEE.

A compra de energia das concessionárias às geradoras, ainda segundo o projeto, deverá ser feita mediante contrato ao qual serão dadas em garantia as contas bancárias das contratantes. Também está sendo prevista uma reestruturação financeira para a área. Um dos pontos do projeto prevê que as concessionárias deverão compensar o que devem a Itaipu em impostos federais e avais internos e externos.

Não Esqueça: Assembléia hoje (quinta-feira), 18 horas, no Sinergia, para alterar estatuto!

Justiça em Mato Grosso

Foi inaugurado dia 7 de janeiro o Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul. A solenidade acontecida em Campo Grande contou com a presença do presidente do TST, Guimarães Falcão. Até o ano passado, todas as causas trabalhistas daquele Estado eram julgadas no Tribunal da 10ª Região, situada em Brasília. O diretor do Sindicato dos Eletricistas do Mato Grosso do Sul, Ademir dos Reis, avalia que isto será muito importante para os trabalhadores da região e espera que as ações trabalhistas sejam agora julgadas com maior rapidez.

Fracasso

Pesquisa feita pela Diretoria de Operação da Eletrosul no Mato Grosso do Sul, comprova o óbvio. A atual administração da empresa fracassou. Basta para isso analisar o resultado da pesquisa. O NAO saiu vitorioso de uma forma expressiva, em perguntas como:

- Sou reconhecido quando desenvolvo um bom trabalho.
- Tenho oportunidade de desenvolvimento profissional no meu local de trabalho.
- Sou estimulado a sugerir idéias novas que visem a melhoria do meu trabalho.
- Estou satisfeito com o salário que recebo pelo trabalho que desenvolvo.
- As mudanças efetuadas propiciam autonomia e agilidade no desenvolvimento dos trabalhos.
- Sinto-me valorizado profissionalmente.
- As reclamações que surgem sobre as condições de trabalho são atendidas logo.

Como se vê o povo é sabio.*

Intersul

Hoje, quinta-feira, às 14 horas, no Sinergia, acontece reunião da Intersul para discutir as negociações e campanha local e nacional, o fundo da Intersindical, o vídeo do CNE, entre outras coisas.

Celesc

Também para hoje está marcada a rodada de negociações na Celesc. O encontro começa às 14 horas e nele será apresentada a resposta da empresa à contra-proposta feita pela Intersindical. Pela manhã, a partir das 9 horas, a Intersindical estará reunida para discutir os encaminhamentos a serem dados nesta nova rodada.



Representantes de 2.500 famílias - que ainda dependem da Eletrosul para resolver os problemas surgidos com a construção da barragem de Itá - estão acampados desde quarta-feira na frente da sede da Eletrosul, em Florianópolis. Há 10 anos eles tentam solucionar os transtornos causados pela obra e prometem que só saem da frente do prédio com definições concretas e oficiais. "Não vamos aceitar mais politicagem". Paralelamente, em Itá, mais 100 barrageleros acamparam na frente dos escritórios da empresa que prometem invadir se as negociações não forem agilizadas. A Eletrosul havia prometido que no dia 14 de dezembro entregaria uma nova área para reassentamento que sequer foi comprada até agora (ver matéria página 2). Para os barrageleros esta é mais uma estratégia para que optem pela indenização. Existem famílias que receberam Cr\$ 9 milhões de indenização, dinheiro que sequer pagou o caminhão de mudanças de seus pertences.



Descaso Total

Celesc enviou uma circular aos seus empregados na semana passada criticando a postura da Intersindical na nota que esta veiculou na imprensa sobre o blecaute de fim de ano.

No entender da empresa a nota é "ofensiva a todos os empregados, se aproveitando de um momento de emergência... (para) denegrir todo trabalho realizado pela Celesc".

As repercussões da circular entre a base reforçaram porém a visão da Intersindical.

O que se ouviu foram preocupações em relação ao estado da frota de veículos, o não pagamento do sobreaviso, o corte da periculosidade, o desmonte na estrutura de manutenção, enfim aquilo que a nota apontava como questionamento de fundo de um blecaute ter durado oito horas

CNE Retoma Negociações

No próximo dia 18 de janeiro o Comando Nacional dos Eletricistas estará reunido para buscar a efetiva negociação dos pontos da pauta nacional, que se revestem de grande expectativa para os eletricistas brasileiros, pois tratam de itens de caráter econômico e institucional da maior relevância. Em boletim do início desta semana o CNE convoca todos trabalhadores eletricistas a estarem alertas e acompanharem mobilizados e organizados os resultados na reabertura das negociações.

As negociações foram suspensas no final do ano passado para reforçar a pressão pela mudança nas direções das empresas do Grupo Eletrobrás. Estas negociações começaram ainda no período de interinidade do Governo Itamar. No dia 18 de outubro de 1992 o CNE, após várias reuniões com os ministros das Minas e

Energia, Trabalho e Planejamento, obteve um acordo preliminar que além de ter garantido a data-base, prorrogou os itens dos acordos anteriores e a suspensão de qualquer demissão até o fechamento definitivo do acordo coletivo.

Desde então as tentativas de negociação foram infrutíferas, revelando a total ausência de contra-proposta por parte das empresas e a instabilidade vivida por suas direções, ainda vinculadas à política do Governo Collor. Em novembro o presidente da Eletrobrás, Eliseu Resende, recebeu o CNE e reiterou o compromisso do Governo Itamar com a questão social, a retomada do desenvolvimento econômico, a revisão das demissões políticas no setor e a valorização das negociações coletivas.

Barrageiros continuam lutando

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB está surpreendido com a informação do Ministério das Minas e Energia, que diz estarem previstos mais de Cr\$ 3 bilhões para a Barragem de Campos Novos, em 1993. Estes recursos se destinam a projetos e levantamentos. A preocupação, segundo Ademir Coelho, um dos coordenadores do MAB na região de Lages e Vacaria, é que "a Eletrosul só prevê dinheiro para a obra, deixando de lado o problema social".

O pessoal atingido pelas obras de Itá também continua lutando (ver capa). Segundo o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima) da obra, 1.100 famílias devem ser reassentadas. Mas apenas 120 estão morando na nova área, depois de cinco anos de trabalho. Neste ritmo, eles perguntam, quando as 980 famílias restantes terão acesso à nova terra? Este problema se repete para aqueles que querem ser indenizados e também na recolocação da infra-estrutura (estradas, rede elétrica, escolas, igrejas, cemitérios,, etc). Apenas 5% destas obras está pronta.

O ano de 1992 foi de muitas mobilizações na região atingida pela barragem de Itá. Os agricultores atingidos ocuparam várias vezes os escritórios da Eletrosul para garantir um tratamento justo à sua causa. No dia 3 de dezembro um novo acordo foi firmado com a empresa. Nele a Eletrosul se comprometia a adquirir uma nova área de terra para reassentamento. Seria formada uma comissão paritária entre agricultores atingidos e técnicos da empresa para avaliar casos pendentes. No mês de janeiro a Eletrosul prometeu resolver mais de 20 casos não solucionados de levantamento, reassentamento e indenização e retomar o processo de negociação das infra-estruturas.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloil. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

PISO MÍNIMO NÃO COMPRA CESTA BÁSICA

Em dezembro passado, o trabalhador de Florianópolis gastou em média Cr\$ 574.747,47 apenas para comprar os 13 produtos alimentares que a lei chama de "ração essencial mínima". Um valor 20% maior que o Salário Mínimo vigente naquele mês, líquido dos descontos legais. Entre janeiro e dezembro de 92, a cesta básica para um adulto ficou 1.173,97% mais cara em Florianópolis. A variação dos preços desses alimentos foi, em regra, superior à inflação como um todo (que incluiu itens como habitação, vestuário, transporte, etc.). O Índice do Custo de Vida do Dieese, que acompanha os preços de mais de 300 produtos, acumulou alta de 1.130,82% no ano. A inflação oficial do ano (INPC), por sua vez, ficou em 1.123,39%. Dentre as 14 capitais pesquisadas pelo Dieese, Porto Alegre foi a que liderou com mais frequência o "ranking" das mais caras cestas básicas. Florianópolis esteve, em média, na sétima posição, sendo que nos últimos meses alcançou o terceiro e quarto lugares. Mas a comparação da evolução da "ração" com a do Salário Mínimo leva as mais graves constatações. As políticas

para o Mínimo em 92 fizeram com que ele tivesse apenas três reajustes ao longo do ano, impondo pesados sacrifícios aos 15 milhões de trabalhadores que sobrevivem com este salário. Penalizou os outros trabalhadores também, pois a política salarial para os demais salários resumia os reajustes apenas à faixa até três Mínimos. Em 1992, o Salário Mínimo foi reajustado em 728,87%, percentual este 53,70% inferior à majoração da cesta básica em Florianópolis no mesmo período. Por isso que nos meses de abril, agosto e dezembro, o Salário Mínimo líquido (já com os descontos obrigatórios) não foi suficiente para adquirir a cesta básica. Mesmo nos outros meses o seu comprometimento com a alimentação esteve quase sempre na casa dos 70% ou mais, impedindo que o trabalhador (empregado) e sua família tivessem ao menos a alimentação garantida. O Dieese apurou que em dezembro, o Salário Mínimo necessário para cumprir o que estipula a Constituição Federal deveria estar na casa dos Cr\$ 5.039.632,00, ou seja, quase 10 vezes o valor do Mínimo no mesmo mês.

Cesta Básica e Salário Mínimo Necessário

Período	Gasto c/ a Cesta (Cr\$)	Variação Mensal (%)	Salário Mín. Necessário (Cr\$)
Jan/92	58.864,26	32,70	534.383,00
Fev/92	70.374,18	17,56	641.873,00
Mar/92	80.917,54	14,98	749.798,00
Abr/92	100.032,81	23,62	975.100,00
Mai/92	125.640,09	25,60	1.105.877,00
Jun/92	147.618,75	17,49	1.354.634,00
Jul/92	187.423,18	26,96	1.687.679,00
Ago/92	249.099,13	32,91	2.286.523,00
Set/92	318.358,39	27,80	3.043.080,00
Out/92	404.634,23	27,10	3.551.247,00
Nov/92	467.507,21	15,54	4.098.663,00
Dez/92	574.747,48	22,94	5.039.632,00

TRIBUNA
Livre

A Transição

Emílio Fortunato
Eletricista de Distribuição/Criciúma

- Está chegando o novo tempo. - O romper da aurora já se faz presente. - Os primeiros raios de luz clareiam nosso horizonte. - As leis de transição já estão atuando. - As fantasias se misturam e se confundem com o saber.

É hora da mudança! Precisamos perseverar no bem e no amor para não sofreremos infelicidades em nossa consciência.

Os vencedores de suas más tendências, viverão a paz na vitória, evoluindo em seus conceitos morais e intelectuais, conquistando assim uma nova escala de valores pessoais, elevando-se em vibração atmosférica melhor que a anterior. E destes serão separados os perdedores, que sofrerão as dores em suas consciências, por haverem sucumbido em suas provas. Os primeiros conquistarão sua permanência ao lado da perfeição e do amor. Aos outros a imperfeição e o desespero.

As oportunidades para nosso crescimento nos são concebidas a todo instante, conforme nosso aproveitamento. Devemos trabalhar em nossa melhora interior, e nos ligar mais ao criador do universo, que nos ajudará a sair da inércia no momento oportuno. Somos viajantes do tempo, mesmo não percebendo, somos regidos por esta irrevogável lei do universo, na qual construiremos nosso futuro conforme o nosso presente.

Somos responsáveis por nossos atos e pensamentos, e responderemos e viveremos as consequências desses atos pretéritos, mais ninguém.

Por este caminho dirigimos nossas vidas em viagens incessantes no espaço e no tempo, felizes ou infelizes, conforme tenhamos trabalhado nossos dias.

Portanto, podemos ampliar nosso horizonte; fiquemos despertos para sermos mais felizes em nosso futuro, melhorando nosso interior e desenvolvendo todas as virtudes morais e intelectuais que possuímos; assim, estaremos abrindo as portas da felicidade e do entendimento.

Crimes de Verão

Nilson Lage

Jornalista Professor da UFSC

Um alto funcionário do Ministério da Justiça, responsável pela fiscalização dos direitos civis e pela distribuição dos programas de televisão em faixas horárias, é preso com a mulher e uma prostituta num motel de Brasília, acusado de portar maconha e cocaína. Uma jovem atriz, estrela em ascensão na **Globo**, é morta no Rio por um também jovem e ascendente ator coadjuvante. Uma criança de cinco anos é sufocada, esquartejada e incinerada, em Belo Horizonte, por uma dupla de seqüestradores.

No primeiro caso, as drogas, atiradas pela janela do quarto do motel, entram apenas como desculpa legal para a prisão: o que estrutura a notícia é o paradoxo de um zelador da moral pública, casado e pai de quatro filhos, surpreendido em plena **ménage à trois** com a esposa e uma acompanhante profissional. No segundo, a questão é mais complicada: a tipologia do crime (17 golpes de punhal ou tesoura) indica homicídio passionai, mas a forte pressão dos amigos da vítima, encampada pela **Rede Globo**, procura outro motivo, desde a **magia negra** a suposta vocação inata do assassino para o crime. O assassinato da criança é uma tragédia com componentes de modernidade: um dos irmãos seqüestradores passou três anos na Aeronáutica aprendendo as artes de Rambo; depois, mandaram-no para casa, com a habitual perspectiva brasileira de desemprego e pobreza. A fera estava acuada.

Nos três casos há elementos do que se chama de **fait divers**: a relação absurda, contraditória, entre a dignidade do cargo público e a suruba; entre a ficção da novela das oito e a realidade do crime das onze; entre a fragilidade da menina e a brutalidade do assassino, que não suportava o choro da refém. Mas também, como acontece em muitos casos de polícia, entram em cena os limites do homem, sua fraqueza e suas loucuras: a fantasia sexual de cada um, o desejo bíblico pela mulher alheia, a irritação neurótica de quem, como Vinícius de Moraes, chega a pensar que Herodes tinha lá suas razões. Fantasias que até liberam tensões quando ficam no plano do sonho, da imagem, mas que prenunciam tragédia quando atravessam o espaço que vai da intenção ao gesto.

O caso do alto funcionário foi desde o início cercado de hipocrisias: só isso explica que se tenha poupado a imagem da **garota de programa**, e exibido a história, com rara precisão de outros detalhes, no **Jornal Nacional**. O que se poderia esperar - e os conservadores seguramente esperavam - era a reação pública em favor de censura de costumes mais rígida, aplicada por alguém enquadrado nas normas da moral e dos bons costumes. Não aconteceu. O fato teve repercussão discreta e durabilidade mínima, por mais que os pauteiros de agências e jornais encomendassem **suites**, isto é, matérias de continuação. Por que? Porque, ao contrário do que acontece na Inglaterra ou nos

Estados Unidos, o povo brasileiro, em geral, separa bem o que é público do que é privado e não gosta de misturar as coisas, a não ser como fofoca, isto é, maledicência inconsequente. Os comentários mais comuns - fora da corte e do clero - foram sobre o azar ou bobeira que levou o funcionário a entrar numa fria: as pessoas ficaram com pena do infeliz. Se fosse um boato, uma inconfidência, todos apreciariam a história; no entanto, o relato factual, objetivo, deu a nosso generoso público a impressão de alguma coisa íntima estava sendo indevidamente exposta.

O crime da atriz de novela tem sido explorado em muitas faces. Ao criminoso confesso, com seu passado de **shows** na Galeria Alasca, cabe bem a pecha de tarado enrustido; a jovem esposa grávida e ciumenta, com seu culto pelo **preto velho** (divindade intermediária, na tradição, entre a senzala e a casa grande), talvez tenha mesmo negócios com o diabo. Mas a vítima, nesse retrato em branco e preto, deve ser a mais virtuosa das mulheres, não só porque assim se estruturam as novelas sentimentais, mas porque há outros interesses indevidos: para as feministas, ela representa um exemplo da brutalização das mulheres pelos homens, esses monstros insensíveis; para a **Globo**, uma extensão do **marketing** do casamento perfeito que se construa em torno da marca Daniela Perez; para o viúvo, também ator de lágrimas abundantes diante das câmaras dos telejornais, um lustre na imagem de galã que se arranharia caso prevalecesse a hipótese passionai; para a classe média ipanemense, que tem em alta conta a mãe da atriz e autora da novela, uma reiteration da imagem de bons e generosos intelectuais burgueses ameaçados pela barbárie. Nada disso tem a ver com a punição do homicídio: a paixão, seja do pretendente rejeitado ou do pretendido que rejeita o assédio, não justifica, ou deveria justificar, assassinatos.

O lado bom é que o público ficou sabendo como se selecionam os atores de televisão: são simplesmente indicados, por laços de família, beleza ou favorecimentos equívocos. Nada se pede de um ator: nem preparo técnico, nem Stanislavsky, nem Brecht, nem, sobretudo, formação cultural que o prepare para viver de público muitas vidas fictícias e, ao mesmo tempo, conviver com a idolatria das massas desprovidas de amor e de boas causas.

Conseqüências mais amplas no plano político podem advir do seqüestro e morte da pequena Miriam. Ele alimenta, mais que os outros crimes de verão, a onda em favor da pena de morte. A direita se assanha com isso. Sabem por que? Porque, para adotar a pena de morte, será preciso extinguir a Constituição: a proibição desse castigo é um dos itens pétreos da Carta, que não podem ser mudados nem por emenda constitucional. Derrubar essa constituição, no mínimo desmoralizá-la, é o sonho dos Marinho, dos Roberto Campos, dos Delfim Neto. E não certamente por causa dos crimes de verão.